

**INTER-RELAÇÕES ENTRE OS GÊNEROS FEMININO E MASCULINO:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE PERPASSAM O ÂMBITO ESCOLAR*****INTER-RELATIONS BETWEEN THE FEMALE AND MALE GENDERS:
SOCIAL REPRESENTATIONS THAT EXPOSE THE SCHOOL ENVIRONMENT******INTER-RELACIONES ENTRE LOS GÉNEROS FEMENINO Y MASCULINO:
REPRESENTACIONES SOCIALES QUE EXPONEN EL ENTORNO ESCOLAR***

Josiane Peres GONÇALVES¹
Marta Claudiane FERREIRA²

RESUMO: O presente estudo tem o propósito de identificar as representações sociais da comunidade escolar do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre as relações de gênero feminino e masculino. A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas em escolas municipais de Campo Grande, Corumbá, Itaquiraí e Tacuru, com um total de 13 participantes sendo: 5 familiares, 1 criança, 3 professores e 4 gestores escolares. Os resultados sugerem que as representações de gênero feminino e masculino são norteadas pelos valores e experiências adquiridas no contexto social em que os participantes estão inseridos. Essas são reproduzidas e repassadas às próximas gerações, sem ao menos analisar se sua maneira de agir e pensar estão corretas. Contudo, tais representações podem ser desconstruídas mediante novos olhares de formadores de opinião, como os profissionais da educação.

Palavras-chave: Representações Sociais. Gênero. Escola.

ABSTRACT: *The present study aims to identify the social representations of the school community in the State of Mato Grosso do Sul, regarding female and male gender relations. The qualitative research was carried out through a script of semi-structured interviews, which were recorded in municipal schools in Campo Grande, Corumbá, Itaquiraí and Tacuru, with a total of 13 participants: 5 family members, 1 child, 3 teachers and 4 school managers. The results suggest that female and male representations are guided by the values and experiences acquired in the social context in which the participants are inserted. These are reproduced and passed on to the next generations, without even analyzing whether their way of acting and thinking is correct. However, such representations can be relaxed by new views of opinion makers, such as education professionals.*

Keywords: *Social Representations. Gender. School.*

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7005-849X>. E-mail: josiane.peres@ufms.br

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação (PPGEdu/FAED/UFMS). Integrante do GEPDGE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5301-4439>. E-mail: martacfale@gmail.com

RESUMEN: *El presente estudio tiene como objetivo identificar las representaciones sociales de la comunidad escolar en el estado de Mato Grosso do Sul, sobre las relaciones de género femenino y masculino. La investigación cualitativa se realizó mediante un guión de entrevistas semiestructuradas, las cuales fueron grabadas en escuelas municipales de Campo Grande, Corumbá, Itaquiraí y Tacuru, con un total de 13 participantes: 5 familiares, 1 niño, 3 docentes y 4 directores de escuela. Los resultados sugieren que las representaciones femeninas y masculinas están guiadas por los valores y experiencias adquiridas en el contexto social en el que se insertan los participantes. Estos se reproducen y transmiten a las próximas generaciones, sin siquiera analizar si su forma de actuar y pensar es la correcta. Sin embargo, tales representaciones pueden ser relajadas por nuevas opiniones de los formadores de opinión, como los profesionales de la educación.*

Palavras clave: *Representaciones Sociales. Genero. Escuela.*

Introdução

Ao abordarmos sobre as representações sociais, é possível afirmamos que elas foram construídas em determinados contextos históricos e culturais, encontram-se presentes em nosso cotidiano e podem ser percebidas mediante a nossa linguagem e comportamento. Muito do que somos e vivemos é influenciado pelas representações e geralmente nem nos damos conta de que esses fatos acontecem, apenas repetimos e repassamos sem mesmo questionar-mos quais as origens dessas representações.

Cabe salientar que a partir do enunciado de Durkheim sobre as representações coletivas, Moscovici (1978), aponta a insuficiência desse conceito para explicar a pluralidade dos modos de organização do pensamento, elabora, sob a ótica da Psicologia Social, o conceito de “representação social”. A expressão é mencionada pela primeira vez por esse autor em seu estudo sobre a representação social da Psicanálise, o qual recebeu o título de *Psychanalyse: son image et son public* – em 1961. Assim, são entendidas por representações sociais as formas de conhecimento que servem como instrumentos para responder aos problemas do cotidiano (MOSCOVICI, 2012). Tais representações são socialmente elaboradas, compartilhadas e constituídas a partir das nossas experiências, das informações e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos por meio da tradição, educação e comunicação (JODELET, 1990).

Na contemporaneidade, os diferentes contextos sociais são diariamente confrontados com uma quantidade imensa de informações. E com isso emergem novas

problemáticas e eventos que surgem frequentemente dentro da sociedade e por consequência nos afetam de alguma maneira.

Diante desses novos fatores, o indivíduo procura compreendê-los a partir do seu conhecimento prévio, e traz para sua realidade dando sentido prático e imaginário ao novo fato, onde idealiza e acerca-se das representações sociais, pautando ou não ao imaginário social. Elas são associadas ao imaginário quando a ênfase recai sobre o caráter simbólico da atividade representativa de sujeitos, que partilham uma mesma condição ou experiência social. Eles exprimem em suas representações o sentido que dão a sua experiência no mundo social, servindo-se dos sistemas de códigos e interpretações fornecidos pela sociedade e projetando valores e aspirações sociais (JODELET, 1990).

As representações sociais se concretizam de várias maneiras e na escola elas são cotidianamente transmitidas e vivenciadas, visto que as crianças aprendem com suas famílias e levam suas experiências para o ambiente escolar, havendo uma grande troca de informações. É fato que a criança é induzida a viver e a se comportar de acordo com o seu sexo e desde a sua gestação há expectativas por parte dos familiares de como deverá se comportar, sendo impelidos, então, a seguir os padrões aceitos socialmente, às vezes de maneira até coercitiva. Dessa forma, a criança constrói suas representações e, por meio das interações sociais estabelecidas a compartilha com outras crianças, inclusive em relação aos gêneros femininos e masculinos.

Sabemos que desde pequenos aprendemos o que meninas e meninos podem ou não fazer, resultado de uma educação que é influenciada pelas representações sociais daquele determinado contexto histórico e cultural. Os adultos ensinam a criança desde muito cedo, qual é o lugar que ela deve ocupar na sociedade de acordo com sua classe social, raça e gênero. Ocorre que tais fatores também são passíveis de preconceitos e, nesse sentido, surgiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2011, conhecida como PEC 111/2011, a qual:

Altera o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos relativos a identidade de gênero ou orientação sexual. Altera a redação do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2011).

Esta ementa foi muito criticada pelas classes conservadoras brasileiras, por se entender que ela desnaturaliza os processos pré-estabelecidos pela sociedade. Baseando-se nesse pensamento, podemos notar que, o fato de seguir padrões menos convencionais, norteados pelas representações sociais, resulta em consequências, as quais podem influenciar no surgimento de novos problemas.

No que se refere às relações de gênero, cabe destacar que as discussões sobre essa temática surgem com o movimento feminista, nos anos de 1960, cujo conceito é assim analisado por Scott (1989, p. 07):

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (8). Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) ‘os papéis sexuais’, estes(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

Portanto, a autora não nega que existem diferenças anatômicas entre os corpos definidos como feminino e masculino, o que lhe preocupa são as formas e como essas diferenças se constituem, oferecendo ditos culturais para essas diversificações, dando sentido para essas e, por conseguinte, colocando-as dentro de relações hierárquicas. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Gonçalves (2009, p. 26) argumenta que “falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição de homens e mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção política, econômica e social”. Também, Louro (1997, p. 21-22) ao refletir sobre gênero, destaca:

Ao dirigir o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. (LOURO, 1997, p. 21-22).

Deste modo, as ideias se articulam e definem que gênero vai além da naturalidade biológica determinada pelo sexo, sendo evidenciada ainda, pelas autoras, a influência dessas construções e práticas culturais, cuja aceitação ou não depende da colaboração dos que exercem o poder dentro de uma determinada sociedade. O exemplo disso é a concepção do binarismo em que tradicionalmente os indivíduos são pré-estabelecidos a se encaixar em uma dessas duas categorias de acordo com a sua anatomia, sem levar em consideração a diversidade de gênero.

O gênero binário se manifesta quando os corpos são polarizados no binarismo nas diversas áreas e saberes da sociedade. As características secundárias de corpos femininos e corpos masculinos, tais como pelos seios e quadris, passam a determinar o que é ser homem e ser mulher para cada área. Por exemplo, a mídia vai, através de produções audiovisuais, realçar diferentes características ditas essenciais e específicas para ser homem (como virilidade e racionalidade) e, assim, construir num campo simbólico o que significa efetivamente ser homem [...]. Assim, essas construções não permanecem no campo simbólico, mas extravasam para a materialidade do corpo. Seguindo o exemplo, os homens poderão frequentar a academia para desenvolver massa muscular, pela questão estética, o que daria forma ao simbólico. Essa incorporação reforça a virilidade como característica masculina e auxilia na produção de outras, como a habilidade em certos esportes ou a maior resistência às atividades físicas se comparado às mulheres. Assim, todo conhecimento produzido nesses campos simbólicos, através de relações de poder, implica em práticas regulatórias concretizadas no corpo. (REIS; PINHO, 2016, p. 04).

A sociedade valoriza e incentiva, por meio de vários condicionantes sociais, como a mídia a religião, por exemplo, como os indivíduos devem se comportar e/ou agir em relação a seus corpos, os quais devem seguir padrões comportamentais esperados de acordo com o seu sexo, feminino e masculino.

Diante do que foi exposto, percebemos que abordar sobre as relações de gênero não é algo fácil, pois esse conceito é amplo e ainda não muito esclarecido pela sociedade, gerando reflexões e opiniões favoráveis e contrárias acerca da temática. Nesse sentido, no presente estudo, analisamos as relações de gênero existentes nas escolas, a fim de identificar as representações sociais da comunidade escolar do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre as relações de gênero feminino e masculino, entendendo que é importante investigar a respeito da temática, uma vez que as representações sociais interferem no comportamento de todos os envolvidos no processo educativo das novas gerações.

Metodologia

A metodologia desenvolvida para a realização das atividades investigativas caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa que, de acordo com Goldenberg (1999) não deve se preocupar com valores numéricos, e sim com o estudo da concepção de determinados grupos sociais, de um aparelhamento, entre outros. O presente estudo foi realizado por meio da articulação entre investigação bibliográfica e de uma ampla pesquisa de campo, desenvolvida em quatro municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, em que se procurou apresentar os resultados obtidos a partir das respostas dos participantes.

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo investigar as distintas contribuições científicas relacionadas a temática indicada. Para Fonseca (2002), esse tipo de investigação é desempenhada a partir do levantamento de referências teóricas já utilizadas e publicadas em meios eletrônicos, em livros, artigos científicos e páginas de web sites. Lima; Miotto (2007, p. 44) salientam que “ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos”.

Em se tratando da pesquisa de campo, Gil (2008) considera que é preciso investigar de maneira meticulosa o objeto específico, podendo ser a pesquisa realizada por meio da observação de atividades do grupo a ser analisado e também por meio de entrevistas gravadas com os integrantes, para então avaliar as respostas e, a partir dessas, entender o que de fato acontece naquele meio social. Desse modo, para a realização da coleta de dados, em quatro municípios Sul-mato-grossenses, foi feita a opção por gravar entrevistas com os participantes, por se considerar que:

O recurso a entrevistas semi-estruturada como material empírico privilegiado na pesquisa constitui uma opção teórico-metodológica que está no centro de vários debates entre pesquisadores das ciências sociais [...]. A entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. (DUARTE, 2002, p. 71).

Essas ideias se articulam com este trabalho investigativo, visto que as transcrições das entrevistas foram cuidadosamente analisadas, para então identificar as

representações sociais sobre os gêneros feminino e masculino. Cabe salientar que a pesquisa de campo foi realizada com muitos outros sujeitos pertencentes à comunidade escolar dos municípios de Campo Grande, Corumbá, Itaquiraí e Tacuru, porém, diante do objetivo do presente estudo, foi feita uma análise cuidadosa de todas as transcrições, para então selecionar os participantes que evidenciavam suas representações inerentes às relações de gênero feminino e masculino. Assim, a pesquisa de campo desenvolveu-se a partir de colaboração de 13 participantes, que foram entrevistados nas próprias escolas as quais eles pertenciam, sendo: 5 familiares, 1 criança, 3 professores e 4 gestores, cujo perfil dos entrevistados pode ser observado por meio do Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa.

Identificação dos Sujeitos	Características	Idade anos	Escolaridade	Profissão	Cidade
Avô 1	Avô de menina de 4 anos	51	1º Grau incompleto	Gerente de mercado	Campo Grande
Avô 2	Avô de menino de 5 anos	57	Cursando ensino superior - Letras	Militar aposentado e Professor de idiomas	Campo Grande
Mãe 1	Mãe de menino de 5 anos	31	Ensino superior completo	Tutora de uma escola particular	Campo grande
Mãe 2	Mãe de menino de 8 anos	43	Graduada em Geografia; Especialista em Psicopedagogia	Professora inativa	Campo Grande
Pai 1	Pai de menina de 8 anos	30	Ensino médio incompleto	Motorista	Corumbá
Criança 1	Aluna do ensino fundamental	10	Cursando o 5º ano	Estudante	Tacuru
Professor 1	Professor da educação infantil	33	Normal Superior; Especialista em Psicopedagogia	Professor municipal	Itaquiraí
Professor 2	Professor do ensino fundamental	40	Graduado em Pedagogia; Especialista em Psicopedagogia	Professor municipal	Tacuru
Professor 3	Professor do ensino fundament.	44	Normal superior	Professor municipal	Itaquiraí
Gestora 1	Coordenadora da educação infantil	35	Graduada em Letras; Especializada em Educação Infantil	Coordenadora Pedagógica	Corumbá
Gestora 2	Coordenadora do ensino fundamental	45	Graduada em Pedagogia, Especialista em Gestão Escolar	Coordenadora Pedagógica	Campo Grande
Gestora 3	Diretora da educação infantil	47	Graduada em pedagogia	Diretora	Campo Grande
Gestora 4	Diretora do Ensino fundamental	45	Graduada em Pedagogia; Especialista em gestão escolar	Diretora	Tacuru

Fonte: Autoras (2017).

Os resultados da pesquisa buscam trazer apontamentos acerca das representações sociais referentes aos gêneros feminino e masculino predominantes nas escolas investigadas, destacando algumas ações desenvolvidas sobre questões de gênero, cujas análises dos resultados são fundamentadas em autores como Scott (1989), Louro (1997), Tedeschi (2006), entre outros, como pode ser observado na sequência.

Resultados e discussões

Os resultados obtidos mediante a realização da pesquisa indicam que as representações sociais relativas aos gêneros feminino e masculino foram construídas e influenciadas pelo contexto histórico e social em que os participantes da pesquisa estão inseridos. Nesse sentido, o Avô que mora com a neta de 4 anos, sendo o principal responsável pela criança, demonstra admiração ao mencionar sobre a comemoração alusiva ao Dia dos Pais, por alegar que no passado haviam poucos homens na escola nessas datas e na atualidade percebe que aumentou a participação. Ele sugere que a figura masculina está cada vez mais presente na vida das crianças, relacionando o fato com representação social a partir da sua experiência de vida.

Ah, nosso mundo hoje, mudou muita coisa né, o homem tomou frente em muita coisa, a relação com a criança, eu vir na festa do Dia dos Pais, você não acredita, só vendo pra acreditar, tinha pra mais de setenta pais. Há cinco anos você não via um [pai] dentro de uma creche, era só a mãe que tomava frente, só a mãe. Hoje o homem tá muito presente na vida da criança, no levar, no buscar, no cuida [...] mudou, muito, vixi! (AVÔ 1).

De acordo com o relato do Avô 1, é possível perceber que os homens estão assumindo maiores responsabilidades relativas à educação durante a infância, pelo menos comparecem à escola para a homenagem alusiva ao Dia dos Pais, bem como para levar e buscar às crianças na escola.

Um fato interessante que o Avô 1 deixa transparecer é que parece que ele gosta de ter a presença da neta e não quer que a mãe biológica leve a menina para morar em outra cidade. Por outro lado, ele acredita que seria importante a criança do gênero feminino crescer na companhia de uma mulher.

Eu sou vô dela, ela tá crescendo, ela tem que conviver mais com a vô dela, com a mãe [...] A mãe dela mora em outra cidade e tá querendo [...] Estamos numa briga danada pra ela não levar [a criança], mas eu acho que ela [criança] tem que conviver cinco, seis anos perto de uma pessoa mulher. Para dar banho, pentear um cabelo, tudo é mais difícil para o homem, é mais difícil cara, é igual um professor ficar cuidando da criança em banheiro né, é uma dificuldade. (AVÔ 1).

Embora sendo o principal responsável pela criança, desempenhando inclusive as funções familiares básicas inerentes ao cuidar da higiene, alimentação, levar e buscar a neta na escola, entre outras, o Avô 1 sinaliza ter preocupação pelo fato de a menina não ter como referência a presença feminina. Trata-se de representações sociais historicamente construídas, de que “[...] cabe a mulher, definida como ‘naturalmente’, dotada de características voltada aos cuidados (carinho, amor, preocupação pelos outros), a responsabilidade de desenvolver esse ser racional” (TEDESCHI, 2006, p. 4). Ou seja, historicamente o papel de cuidar foi entendido como função feminina, não significando, porém que uma pessoa do gênero masculino não possa desenvolver essas atividades. Mas quando isso ocorre, de um homem ser responsável por uma criança, como o caso do Avô 1, predomina a ideia de que não está correto e que o ideal seria ter a presença feminina.

A possibilidade de um homem educar criança, seja na escola ou na sociedade, muitas vezes causa insegurança por se acreditar que os homens podem se caracterizar como agressores sexuais, não devendo ficar muito próximos de crianças. Dessa forma, outro avô de um menino, que também mora sozinho com a criança, comenta sobre os preconceitos percebidos:

Bom, primeiro preconceito vem de falta de informação, então se a pessoa não tem um certo grau de informação, ela tende a ser mais preconceituosa. E outra coisa também, eu acredito, que em função da criminalidade, hoje que existe no mundo [...] uma coisa que tá acontecendo é a pedofilia, que é uma coisa podre. Então existem sacerdotes, existem pastores, existem pessoas [...] eu acredito que o preconceito venha daí também, por existir essa coisa de ser humano e até porque tá muito divulgado hoje em dia a questão da pedofilia. (AVÔ 2).

Esse fato de associar a presença masculina próxima a uma criança, como se fosse ameaça, por se entender que os homens podem se tornar pedófilos, está relacionado com a representação social de que pessoas do gênero masculino não controla a própria sexualidade, tornando-se agressores em potencial. O problema é que

há um processo de generalização, como se todos os homens, sem distinção, pudessem ter esse tipo de comportamento. Diante dessa perspectiva, Sayão (2005) reflete que os indivíduos tendem a generalizar o homem como opressor físico da criança:

[...] com a incorporação irrefletida dessas crenças e preconceitos pode perdemos na vivência das relações. Em especial quando tendemos à generalização de alguns casos divulgados pela mídia, ou não, em face do que preconceitos são criados e podem ser incorporados de maneira acrítica, inclusive no magistério. (SAYÃO, 2005, p. 187).

Também a Mãe1, de uma criança que estava na educação infantil, demonstra esse mesmo tipo de preocupação por entender que se as crianças tiverem “um acesso muito próximo a homem, facilita muito as coisas” sinalizando que o homem não controla a própria sexualidade. Já no caso das mulheres, predomina a representação social de que elas garantem a segurança e nenhum perigo para as crianças, talvez porque, conforme Alves (2004, p. 28), na sociedade contemporânea, existem dois eixos que separam de “[...] um lado, a coluna dos valores masculinos representa os valores da virilidade, do gênero ativo, enquanto, de outro lado, a coluna dos valores femininos representa os valores da docilidade, da sensibilidade e do gênero passivo”.

A mulher, a partir desta representação de gênero passivo, acaba assumindo a responsabilidade do cuidar de crianças, porque no decorrer da história da humanidade, pessoas do gênero feminino não tinham nenhum valor, como declara Colling (2013, p. 5) que “[...] em Platão e Aristóteles a mulher é vista como inferior, não tendo um papel relevante na geração”. Assim, historicamente foi atribuída para as mulheres a árdua tarefa de cuidar e educar, cujo costume permanece na atualidade, conforme relata a Gestora 1: “[...] é a mulher que cuida desde a fundação”. Por essa questão, já fica imposto que a mulher nasce para desempenhar funções relativas ao cuidar, devido à associação com a maternidade, entendida como um instinto da natureza feminina, como destaca o Professor 1: “a mulher já tem o instinto da maternidade né, ela que gera vida. Então é diferente, a mulher é concebida para cuidar de outra vida”. Da mesma forma, a Gestora 2 corrobora com essa ideia ao comentar que os homens “[...] não tem aquela coisa da mulher, aquela coisa materna, assim, sabe?”. Cabe destacar que para Badinter (1985), as representações sobre o instinto materno é um mito, visto que não há uma conduta materna universal e nem todas as mulheres se realizam com a experiência da maternidade. Tal representação, inclusive, remete ao estereótipo de que as mulheres são

entendidas “naturalmente” como seres dóceis, passivos e, por serem mães, são sempre pacientes.

Já o homem é visto pelos entrevistados como um ser sem paciência para a tarefa do cuidar, como enfatiza Gestora 3 da educação infantil: “[...] *homens já têm uma tendência a não ter muita tolerância em termos de crianças, eu penso que é por causa disso. Os homens, já é natural deles não ter muita paciência*”. E a Gestora 4 do ensino fundamental que corrobora com essa ideia ao dizer que a mulher é mais apta para cuidar, porque os homens são despreocupados: “[...] *mulher é mais atenta né, e eles são muito tranquilos em relação ao cuidar, acho que por isso que eles não envelhecem né, a gente envelhece mais cedo. Acho que é da natureza do homem mesmo*”. Da mesma forma que o instinto materno não é natural e sim cultural, é possível afirmar que o fato de os homens pouco assumirem as funções relativas ao cuidar de crianças está relacionado a fatores culturais. Historicamente essa função foi atribuída e desempenhada apenas pelas mulheres e, nesse contexto, os homens não tiveram muitas oportunidades de desenvolver essas habilidades de cuidar de pessoas, inclusive de crianças, contudo, é possível que eles aprendam e assumam essa função juntamente com as mulheres.

O relato da Gestora 3 indica que o homem se omite da tarefa de cuidar, por estar preocupado com outras atividades, acabando por sobrecarregar a mulher que normalmente assume essa função. O Pai 1 confirma esse pressuposto ao afirmar que “[...] *a mulher é mais delicada, mulher é mais tudo, é mais mãe né. Homem não tem isso, homem é desnaturado, homem é preocupado com outras coisas, porque tem que ser*”. Tais representações de gênero podem ser relacionadas com a seguinte afirmação de Scott (1989, p. 26): “as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”. Nesse sentido, o Pai 1 deixa claro a sua representação social de que os homens são por natureza despreparados para cuidar de uma criança, por considerar que todos os homens, incluindo ele mesmo, perdem o controle facilmente. Diante de tal situação, e com essa ideia internalizada, ele acaba por se livrar dessa difícil tarefa de cuidar e educar crianças, delegando essas atribuições apenas às pessoas pertencentes do gênero feminino.

Ao reconhecer as representações de que as mulheres são cuidadoras, boas e pacientes, enquanto que os homens são sem paciência e despreocupados, alguns dos participantes da pesquisa deram a entender que a mulher, por ter essas características

passivas inerentes ao ser amável, tona-se manipulável, mas com o homem isso não ocorre porque ele tem autoridade. Tem-se a ideia de que a mulher, em muitas situações, acaba se submetendo às vontades e, porque não dizer, às chantagens infantis.

A criança respeita com mais facilidade quando a figura é masculina. Quando a figura é feminina, aí você faz aquele jogo de cintura todo para levar na manha. Você faz um charminho e ela cai no seu charminho, você conquista a mulher. Com o professor vai ser mais difícil de você chegar e fazer um charminho com ele. (MÃE 2).

O relato da Mãe 2, cujo filho estava no ensino fundamental, sugere que a mulher é um ser maleável, pois até mesmo uma criança pode manipulá-la, enquanto que com o homem, a manipulação seria quase impossível de acontecer. A Gestora 4 menciona que a criança precisa da figura masculina para ter limites, pois a mulher não consegue exercer esse papel e, sendo assim, a criança necessita “[...] *da presença de um homem, porque eles impõem um pouco mais de autoridade. Autoridade, não autoritarismo*”. Nesse sentido, Colling (2013) sugere que historicamente a mulher não foi vista como dotada de autoridade e relembra que, para Aristóteles, a mulher possui na natureza de seu corpo indefeso a incapacidade de proteger a si mesma, enquanto que somente o macho tem perspicácia para o governo.

Baseando-se nessa mesma perspectiva, o Professor 1 diz que a família prefere que no ensino fundamental a criança tenha professores homens, devido à sua postura de autoridade. “[...] *O homem é mais... um pouco mais sério, as pessoas procuram mais o homem, por causa da rigidez*”.

É interessante notar que as representações sociais dos participantes da pesquisa são de que, na educação infantil, a mulher é notada socialmente como um ser “maternal” e, por esse motivo, é vista como mais apta para cuidar da criança pequena que necessita de atenções especiais relativas à higiene, alimentação, entre outras. No ensino fundamental essa representação torna-se totalmente contrária, pois ao avançar na idade das crianças, e após já terem recebido somente os devidos “cuidados maternos” das mulheres que são vistas como manipuláveis, essas crianças necessitam de limites, que podem ser proporcionados pelos homens.

Tal representação social pode ser percebida mediante relato do Professor 2 do ensino fundamental “*É o jeito homem de se impor, falar [...], às vezes ele dá um berro mesmo, se for preciso. O homem por si, ele se impõe, ele se impõe mais [...] aquele jeito que a criança, às vezes em casa, quando o pai fala mais grosso com ela, ela atende*”. A

Criança 1, aluna do ensino fundamental, confirma essa representação social “[...] ah, o homem tem que ser mais firme e não deixar os alunos bagunçar e a mulher tem que ser um pouco boazinha”. Ou seja, o homem tem autoridade e a mulher é manipulável, são algumas das representações sociais predominantes entre os participantes da pesquisa, no que se refere aos gêneros feminino e masculino. Para esses entrevistados, pressupõe-se que a autoridade torna-se característica somente do homem, só ele obtém esse poder, o qual é apontado por Ramirez (1989) como autoridade, força, respeitabilidade e invulnerabilidade. No caso da mulher, Saad (2005) sugere que as principais características atribuídas socialmente são de que ela é fraca, frágil, gentil, sentimental, compreensiva, emotiva, dócil, dependente, submissa, sensível, orientada para a afiliação.

Essa colocação pode ser relacionada com o argumento de Scott (1989, p. 91) ao afirmar que “[...] a diferença sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres”, sendo tal representação confirmada pela Gestora 1 que destaca “[...] nada melhor do que ter homem para conduzir os homens”. Ou seja, a mulher não tem características próprias para impor limites, ordenar e conduzir pessoas nos diversos grupos sociais. O Professor 3, do Ensino fundamental, traz um impactante relato, a partir da sua representação, sobre o fato de serem os “homens políticos” os maiores interessados em ter mulheres no mercado de trabalho por elas serem consideradas pessoas maleáveis, fáceis de conduzir e, porque não dizer, de manipular.

Porque o homem, ele tem esse jeito mais durão, esse jeito mais... não é porque é machista, querendo ou não o homem tem essa questão, é um diferencial. Eu creio que com o tempo os próprios políticos, conhecendo essa sensibilidade da mulher, esse jeito mais fácil de lidar, foram abrindo espaço para elas [no mercado de trabalho] porque com o homem seria um pouco mais difícil de negociar. Eu penso que, como professor homem, os homens participam das políticas, de um jeito ou de outro eles acabam participando, com mulher, acharam uma abertura, uma sensibilidade maior aonde que ele pudesse negociar melhor ou, desculpa de falar aqui, até tapear de alguma maneira. Sim, ela é mais legal, mais boazinha, aceita mais, então [...] vamos negociar esse cargo aqui. (PROFESSOR 3).

A observação do Professor 3 traz explícito que para ele, a mulher somente foi inserida no mercado de trabalho pelo fato de o homem perceber nela a oportunidade de conduzi-la, por ser “boazinha”, sensível e acolher mais facilmente as ordens vindas desses “seres superiores” autoritários e nada fáceis de negociar.

É possível perceber, com base nesses relatos, que discutir gênero na sociedade abrange muitas e consideráveis opiniões, assim como a última, observada pelo Professor 3, e as outras tantas já citadas no presente artigo, as quais estão carregadas de representações sociais que foram construídas em determinados contextos, a partir da influência de diversos seguimentos sociais. Essas representações são confirmadas pelas atitudes de alguns líderes que as utilizam frequentemente em seus projetos, ações e vereditos, sendo então reproduzidas e incorporadas pela cultura. Louro (1997, p. 88) em suas análises a respeito do assunto sustenta que:

Se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente ‘fabricam’ os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc.

A instituição escolar, bem como a familiar contribuem para a construção de representações sociais, que após ser internalizadas passam a ser vistas como normais, devendo ser seguidas por todos que pertencem àquele contexto social. De certa forma, a Gestora 3 contribuiu para a mudança de representações sobre a participação de homens na escola, visto que ela adotou uma estratégia para acolher os pais das crianças na instituição educativa. Assim, ela busca trazer os pais para a escola no dia do Almoço dos Pais e explica que na primeira tentativa vieram poucos, mas que posteriormente a situação mudou: *“Quando peguei a gestão vieram 4 pais, mais vieram almoçar com as crianças aqui. Tá eu continuei, no ano, agora mês de agosto vieram 112 pais almoçar comigo aqui e com as crianças”* (GESTORA 3).

Embora não tenha explicado como fez para motivar a participação dos pais, ao desempenhar o seu papel de líder, a Gestora 3 buscou formas de convencer os homens a participarem da atividade comemorativa, por considerar importante a presença masculina: *“A criança é [...], ela se sente desprotegida desse lado masculino, elas sentem falta desse lado paterno. Eu falo porque eu faço o Dia do Pai e da Mãe para almoçar aqui [na escola]. E no Dia do Papai, às crianças se sentiram maravilhadas [...]”*.

Essa representação da Gestora 3, de que as crianças sentem falta da presença masculina, fez com que mudasse a estratégia e incentivasse os homens a participar mais ativamente do processo educacional dos filhos. Dessa forma, essa atitude passará a ser internalizada pelas crianças, sendo então entendidas como normal ter a presença de

homens na escola. Trata-se do processo de desconstrução de uma representação social existente, para então construir novas representações mais coerentes sobre as relações de gênero. É possível afirmar que, conforme Louro (1997), em âmbito escolar ocorre o processo de fabricação dos sujeitos, visto que, mesmo de forma sutil, os profissionais da educação podem construir novos costumes e representações que poderão influenciar na formação das crianças.

O processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’. (LOURO, 1997, p. 63).

O processo de desnaturalização é tão importante que, quando ocorre, as pessoas normalmente ficam admiradas com algo que deveria ser parte do cotidiano. Como não está presente na sociedade, quando as pessoas se deparam com uma possibilidade, esta costuma ser entendida como um fato impressionante. Se, por exemplo, uma gestora da escola consegue exercer influência no processo de construção de novas representações sociais, significa que as reproduções sobre os gêneros femininos e masculinos que são preconceituosas, inadequadas e totalmente estereotipados, podem ser desconstruídas.

Dessa forma, ao considerar que na história da humanidade predominou terríveis apatias sobre os gêneros feminino e masculino, por meio do processo de desconstrução, é possível afirmar que ainda existe a esperança de mudança, no sentido de igualar os direitos entre os gêneros, conforme sinaliza Tedeschi (2006, p. 4):

Nas análises dos livros de história lamentavelmente revela o que nos propomos a desconstruir e romper: a invisibilidade da mulher. Nesse movimento da construção da visibilidade da mulher e de desautorização e deslegitimação das narrativas estabelecidas, ganha centralidade a contestação às posições essencialistas e as históricas sobre a ‘natureza’ feminina e masculina. Numa perspectiva que privilegia o papel da linguagem e do simbólico na construção e produção das identidades sexuais e sociais, temos que interrogar e questionar os discursos que nos tentam fixar identidades particulares, supostamente ligadas ao destino ou a natureza. É importante colocar no próprio centro do estudo da história uma visão que destaque o papel da linguagem e do discurso na produção de subjetividades

particulares e identifique suas conexões com desejos e vontades de poder – de indivíduos e grupos particulares.

Apesar de a história da humanidade ter sido norteadada por ideais masculinos, a partir dos estudos de gênero, da conscientização sobre a necessidade de haver igualdade de oportunidade, bem como promover mudanças nas representações sociais vigentes, espera-se que a sociedade passe por um processo de transformação, no que diz respeito às relações existentes entre os gêneros feminino e masculino.

Considerações finais

Ao refletirmos sobre o objetivo do presente estudo que consistiu em identificar as representações sociais da comunidade escolar do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre as relações de gênero feminino e masculino, com a realização da pesquisa, é possível afirmar que as referidas representações entre os gêneros são internalizadas e construídas e/ou desconstruídas no âmbito do contexto histórico e social em que os sujeitos participantes se encontram inseridos.

Portanto, é notório afirmar que em se tratando de gênero, a sociedade ainda apresenta um saber baseado em crenças, costumes e no próprio convívio social. Normalmente as pessoas se baseiam em suas experiências vividas, dando explicações, muitas vezes apoiadas no senso comum, para fatos que ocorrem nesses meios. Assim, elas também reproduzem suas representações inerentes aos gêneros feminino e masculino, dando como certas suas maneiras de agir e pensar. É fato que os meios de comunicação corroboram para a proliferação desse viés representativo, pois atinge de algum modo a maioria da população.

Compreende-se que cada um dos participantes da pesquisa apresentou uma maneira representativa de pensar e por isso, as utilizam como ferramentas em suas atitudes e comportamentos. Para tal fato, é possível supor que esses valores carregados de representações sociais podem ser usados como fatores coercitivos pela maioria dos cidadãos, podendo ocorrer de maneira intencional ou não.

Contudo, apesar dos fatores históricos apresentarem passagens intimidantes relativos ao “poder” do homem sobre a “fragilidade” da mulher e, diante das problemáticas apresentadas neste estudo pelos entrevistados, tem-se a perspectiva de que novas maneiras de pensar a respeito das relações de gêneros feminino e masculino

possam ser modificadas e porque não dizer extintas. As mudanças podem acontecer por meio da realização de novas pesquisas sobre o tema, bem como mediante as atitudes tomadas principalmente por líderes e profissionais da educação, que possuem formação e novos olhares diante das relações de gênero. Trata-se de pessoas que são formadoras de opiniões e, portanto, têm condições de influenciar no processo de desconstrução das representações sociais.

Referências

ALVES, J. E. D. **linguagem e as representações da masculinidade**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 111 de 2011**. Senadora Marta Suplicy e outros. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacao materia?id=103136>. Acesso em: 11 de set. de 2017.

COLLING, A. M. A invenção do corpo feminino pelos gregos e a violência contra a mulher. III Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos. **Anais...** La Plata - Argentina, FAHCE-UNLP, 2013, p. 1-7. Disponível em: <http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013/actas-2013/Colling.pdf>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONÇALVES, J. P. **O perfil profissional e representações de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério**. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

JODELET, D; MOSCOVICI, S. Les représentations sociales dans le champ social. **Revue internationale de psychologie sociale**, v. 3, n. 3, 1990.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RAMÍREZ, R.L. **Ideologias masculinas, sexualidad y poder**. Relatório apresentado no XII Congreso de la Sociedad Interamericana de Psicología. Buenos Aires, 1989.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr., 2016.

SAAD, A. A. C. Gênero e poder: A difícil relação homem-mulher: as vicissitudes do convívio com as diferenças. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo SP, v. 39, n. 3, p. 67-74, 2005.

SAYÃO, D. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1989.

TEDESCHI, L. A. O ensino da história e a invisibilidade da mulher. **Revista Ártemis**. João Pessoa, v. 4, jun. 2006, p. 1-8. Disponível em:
<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2100/1858>. Acesso em: 27 de out. de 2017.

Enviado em: 07/02/2019.

Aceito em: 05/09/2020.

Publicado em: 28/12/2020.